

Os credores esperam Dívida Externa

O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, que é mais político que banqueiro, anunciou a intenção, muito importante para o Brasil, de querer assumir a liderança na negociação para uma solução da crise da volumosa dívida internacional. Como tivemos oportunidade de dizê-lo em comentário publicado ontem, o Banco Mundial contabiliza agora maiores disponibilidades; e sobretudo se defronta com a perspectiva de dispor de recursos fornecidos pelo Japão. Não devemos, todavia, pensar que, de repente, nossa situação já melhorou, graças à iniciativa do presidente do Banco Mundial.

Sem dúvida, Barber Conable abriu uma janela na véspera da reunião de cúpula dos Grandes em Veneza, ao procurar ressuscitar o Plano Baker. Não devemos pensar, todavia, que o Banco Mundial pretende substituir-se ao FMI, nem tampouco distribuir recursos aos países endividados, independentemente de qualquer exigência. As instituições irmãs criadas em Bretton Woods, em 1945, atuam em conjunto, mesmo considerando-se que neste período, tanto do ponto de vista do FMI quanto do Banco Mundial, existe evolução favorável no tocante à avaliação dos problemas dos países em desenvolvi-

mento. Existe também maior sensibilidade para os problemas do crescimento; o que, aliás, constitui a essência do Plano Baker, que considera que a solução da crise da dívida externa passa pelo desenvolvimento dos países endividados.

Temos de nos referir às próprias palavras do presidente do Banco Mundial: "Devedores querem mais sensibilidade; credores, mais eficiência. Os dois têm expectativas justificáveis. Nós temos desempenhado um crescente papel na crise da dívida e somos agora capazes de desempenhar um papel mais central ainda. Mas não achamos que a solução das dificuldades da dívida seja um fim".

Para ilustrar tal declaração, temos de mencionar as declarações do presidente da Eletrobrás, Mario Bheiring. Voltando de Washington, onde participou das negociações entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, ele anuncia que as negociações esbarram em um único ponto: a não apresentação de um plano macroeconômico definitivo pela equipe do Brasil. Com o atraso na elaboração desse plano, o País corre sério risco de atrasar a liberação de recursos para o programa energético, no montante de 500 milhões de dólares, antes do término do exercício fiscal do

Banco Mundial, em 30 de junho. O presidente da Eletrobrás considera que, provavelmente, se receberá neste exercício fiscal apenas a metade do montante negociado. Levando em conta nossa situação cambial, a outra parte fará grande falta para reduzir o déficit do balanço de pagamentos, para o que se esperam dois bilhões de dólares do organismo internacional.

É interessante notar que o próprio ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Perelra, está pedindo ao FMI para não concluir seu relatório sobre o Brasil antes de conhecer o novo programa que ele está elaborando, pois ao analisá-lo certamente mudará profundamente sua avaliação sobre o desempenho da economia brasileira. De fato, a missão do FMI visitou o Brasil em época particularmente ruim, quando se substituiu o ministro da Fazenda. Deve ter recebido com horror a notícia de que os dados fornecidos pela antiga equipe econômica, relativos à balança comercial e ao déficit público, tinham sido falsificados. Assistem agora a uma explosão inflacionária acompanhada de recessão e verificaram a queda vertiginosa do saldo da balança comercial.

O Brasil tem de apresentar um

programa coerente de recuperação econômica, o qual passa pela redução do déficit público, a fim de merecer a confiança dos organismos internacionais e dos credores. No entanto, tem de considerar que o tempo urge. O Clube de Paris deu prazo até 15 de julho ao FMI para apresentar um relatório que deverá permitir decidir-se se os governos aceitam consolidar o principal da dívida do Brasil com as agências oficiais dos países credores, vencido no primeiro semestre.

Por outro lado, temos possibilidade de obter novos recursos do FMI, para pagar a dívida existente nesse organismo internacional. Não se trata de um *stand by credit* mas de empréstimo compensatório relativo a perdas de receitas decorrentes da queda do preço das *commodities*. Para isso é preciso oferecer garantias quanto ao bom uso desses recursos.

Se o ministro Bresser Pereira espera receber a bênção do PMDB para elaborar um plano que exija autoridade o País corre risco de entrar em crise muito maior, provocada pela asfixia cambial. Cabe então pedir ao ministro para apressar a elaboração de seu plano macroeconômico, formulando votos para que tal plano seja realmente coerente e realista.

1961 NNC 9-

-6 JUN 1987

ESTADO DE SÃO PAULO